

APROVADO EM 1<sup>a</sup>  
A 2<sup>a</sup> DISCUSSÃO E  
VOTAÇÃO  
Em 22/03/2013  
1<sup>o</sup> Secretário

APROVADO EM 2<sup>a</sup> DISCUSSÃO  
E VOTAÇÃO À SECRETARIA  
P/ EXTRAÇÃO DE AUTOGRÁFO.  
Em 23/1/23/2013  
1<sup>o</sup> Secretário



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS  
Alameda dos Buritis, n. 231, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP 74.019-900  
Telefones: (62) 3221-3023/3221-3151  
Site: www.al.go.leg.br

Ofício nº 203-P

Goiânia, 22 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
Governador do Estado de Goiás  
**RONALDO RAMOS CAIADO**

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo de lei nº 48, aprovado em sessão realizada no dia 21 de março do corrente ano, de autoria do **Deputado MARQUINHO PALMERSTON**, que altera a Lei nº 17.356, de 21 de junho de 2011, que institui a Política Estadual de Saúde Bucal.

Atenciosamente,

**Deputado DR. ANTONIO**  
**- PRESIDENTE em exercício -**



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 48, DE 21 DE MARÇO DE 2019.  
LEI Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2019.

Altera a Lei nº 17.356, de 21 de junho de 2011, que institui a Política Estadual de Saúde Bucal.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.356, de 21 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º .....  
.....  
IX – ampliar e qualificar a atenção especializada na saúde bucal;

X – incentivar o desenvolvimento de programas de educação da saúde bucal.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 21 de março de 2019.

  
**Deputado DR. ANTONIO**  
**- PRESIDENTE em exercício -**

  
**- 1º SECRETÁRIO -**

  
**- 2º SECRETÁRIO -**



Art. 1º A Lei nº 16.478, de 10 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 3º .....

XXXI - fomentar e apoiar a certificação dos agentes e dos equipamentos turísticos;

XXXII - fomentar e apoiar a adequação dos locais e das atividades de turismo rural no Estado de Goiás às normas de acessibilidade.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 22 de abril de 2019, 131ª da República.

**RONALDO RAMOS CAIADO**

Protocolo 126296

*Aut 48*

**LEI Nº 20.450, DE 22 DE ABRIL DE 2019.**

Altera a Lei nº 17.356, de 21 de junho de 2011, que institui a Política Estadual de Saúde Bucal.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.356, de 21 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1 .....

IX - ampliar e qualificar a atenção especializada na saúde bucal;

X - incentivar o desenvolvimento de programas de educação da saúde bucal.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 22 de abril de 2019, 131ª da República.

**RONALDO RAMOS CAIADO**

Protocolo 126297

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

**LEI Nº 20.451, DE 22 DE ABRIL DE 2019.**

Institui a campanha estadual Aluno Consciente.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a campanha estadual Aluno Consciente, no âmbito da rede estadual de ensino.

Art. 2º A campanha estadual Aluno Consciente tem como finalidade desenvolver, dentro do ambiente escolar, projetos acerca de temáticas que estão em discussão e afetam o ambiente e as relações escolares, como:

I - bullying;

II - pedofilia;

III - drogas ilícitas e lícitas;

IV - rolezinhos;

V - atos de vandalismo;

VI - racismo;

VII - preconceitos;

VIII - inclusão de alunos com deficiência;

IX - crimes de internet; e

X - doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 3º A metodologia adotada para a conscientização dos temas expostos no art. 2º se dará por diversos meios, de forma que o aluno participe ativamente do processo, como:

I - concurso de cartazes;

II - concurso de redação;

III - debates;

IV - exibição de filmes;

V - palestras;

VI - peças teatrais; e

VII - semana cultural.

Parágrafo único. Outras iniciativas poderão ser adotadas a critério de cada unidade escolar.

Art. 4º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 22 de abril de 2019, 131ª da República.

**RONALDO RAMOS CAIADO**

Protocolo 126298

**LEI Nº 20.452, DE 22 DE ABRIL DE 2019.**

Dispõe sobre a prática de equoterapia no Estado de Goiás

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prática de equoterapia em Goiás.

§ 1º Equoterapia, para os efeitos desta Lei, é o método de reabilitação que utiliza o cavalo em uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, voltada para o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

§ 2º Entende-se como praticante de equoterapia a pessoa com deficiência que realiza atividades de equoterapia.

Art. 2º A prática de equoterapia somente deverá ser iniciada mediante parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica.

Art. 3º A prática de equoterapia deve ser orientada com observância das seguintes condições:

I - quadro multiprofissional, constituído por equipe de apoio médico, médico veterinário e uma equipe mínima de atendimento composta por psicólogo, fisioterapeuta e um profissional de equitação, podendo, de acordo com o objetivo do programa, ser integrada por outros profissionais, como pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professores de educação física, os quais devem possuir curso específico de equoterapia;

II - programas individualizados, em conformidade com as necessidades e as potencialidades do praticante;

III - acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo praticante, com registro periódico, sistemático e individualizado das



ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 23 de abril de 2019.

Encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no Sistema de protocolo.



**LUIS CÉSAR BUENO E FREITAS**  
Diretor Parlamentar